

Iniciativa conjunta do Chile com os EUA

Implicações e lições aprendidas para as relações multinacionais conjuntas

MAJOR DANIEL M. SICKLES, FORÇA AÉREA DOS EUA

CAPITÃO DE CORVETA DENNIS C. GUY, MARINHA DOS EUA

TENENTE-CORONEL OSCAR “GROUCH” MARTINEZ, FORÇA AÉREA DOS EUA

Num mundo multipolar e em rápida mudança, a segurança nacional é um esporte de equipe. Ao dizer isso, reconhecemos que não só o mundo do planejamento e operações de defesa é inerentemente conjunto, mas também é inerentemente multinacional. A necessidade de crescentes forças multinacionais interoperáveis foi recentemente reconhecida pelo Chile, enquanto eles trabalham para estabelecer um Comando verdadeiramente conjunto das Forças de Operações Especiais. Ao fazer isso, eles criarão uma força conjunta operacional de espectro completo e quartel-general que, desde a sua criação, será interoperável com o Comando de Operações Especiais dos EUA (*United States Special Operations Command*, US-SOCOM). As Forças Armadas dos EUA aprenderam com a experiência difícil que, mesmo depois de criar a iniciativa para desenvolver uma força verdadeiramente conjunta, os desafios de criar essa força conjunta são numerosos e complexos. Os líderes das Forças Armadas de hoje nos EUA geralmente serão os primeiros a admitir que as lições de “união” continuam a ser aprendidas, mas depois de mais de vinte anos em conflito utilizando uma construção conjunta, as Forças Armadas dos EUA têm uma série de estudos de caso e experiências de construção de forças conjuntas para apoiar aliados e parceiros. O Chile possui uma relação historicamente forte com as Forças Armadas dos EUA e geograficamente possui um espaço único que influencia tanto o Comando Sul dos EUA (*US Southern Command*, USSOUTHCOM) quanto o Comando Indo-Pacífico dos EUA (*US Indo-Pacific Command*, USINDOPACOM). Há desafios pela frente para o Chile enquanto eles continuam a iniciativa de completar a construção de uma força verdadeiramente conjunta; e há muitos benefícios para os EUA se associarem e apoiarem o Chile a fim de que ambos os países possam aumentar as oportunidades mútuas de segurança e defesa por meio de uma parceria hemisférica interoperável forte e segura.

Por que uma força conjunta dos EUA? Um breve histórico

A cooperação e unidade de esforço entre o Exército, a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais foram vitais para os esforços dos EUA na Segunda Guerra Mundial na região do Pacífico, mas um método mais formal e sucinto de gerenciar e supervisionar as Forças era necessário. Após a Segunda Guerra Mundial, a Lei de Segurança Nacional de 1947 foi promulgada para melhor alinhar as forças militares, assegurando que cada ramo viesse a ter uma linha clara de comunicação com os mais altos níveis de liderança governamental. No entanto, os militares dos EUA ainda não tinham uma estrutura formal, pessoal e meios que pudessem sinergizar forças militares ao longo das Forças e não dentro das Forças.

Em uma correspondência sucinta, o presidente Dwight D. Eisenhower disse ao Congresso em 1958: “A guerra terrestre, marítima e aérea separada desapareceu para sempre. Se alguma vez nos envolvermos novamente em uma guerra, vamos combatê-la em todos os elementos, com todas as Forças singulares, como um esforço único concentrado”.¹ Esta declaração se refere à natureza inerente da guerra em evolução que exigia forças para sincronizar os esforços para criar efeitos conjuntos no campo de batalha. Não podemos mais nos dar ao luxo de uma abordagem única para as operações militares de nossa nação.

Nos 30 anos seguintes e durante a condução de duas grandes guerras (as guerras da Coreia e do Vietnã), a organização do Departamento de Defesa dos EUA (DoD) permaneceu relativamente estável. No entanto, ameaças assimétricas e desafios emergentes trazidos pelos eventos do final de 1979 exigiriam uma mudança na forma como os militares dos EUA abordariam a maneira pela qual eles treinaram, pensaram e lutaram contra seus adversários. Uma missão de operações especiais dos militares dos EUA em reação à crise dos reféns do Irã em novembro de 1979 seria um grande catalisador no desenvolvimento da força conjunta dos EUA.

Um grupo de estudantes universitários iranianos invadiu a embaixada dos EUA em Teerã, levando a um impasse diplomático que durou 444 dias excruciantes. Esta crise ofuscou a presidência de Jimmy Carter e, em parte, levou à sua derrota para Ronald Reagan. No quinto mês da crise dos reféns, o então Presidente Carter autorizou uma missão de resgate secreta denominada Operação *Eagle Claw* [Garra da Águia], em que forças militares de operações especiais (*Special Operations Forces*, SOF) se encontrariam em um local de reabastecimento escolhido a sudoeste de Teerã, *Desert One*, antes de realizar o resgate.² As Forças Especiais chegaram ao ponto *Desert One*, mas nunca conseguiram fazer o resgate. Os reféns foram finalmente libertados após os esforços diplomáticos que terminaram em 20 de janeiro de 1981, durante as negociações em Argel, Argélia.³

A operação foi um desastre total que levou à morte de oito militares dos EUA. Houve uma série de motivos para o fracasso, mas o mais impactante é que, antes de se encontrar no *Desert One*, a força de resgate nunca havia treinado em conjunto como uma equipe consolidada.⁴ Durante as revisões pós-ação, um observador lembrou:

As unidades participantes treinaram em separado; elas se encontraram pela primeira vez no deserto do Irã, no *Desert One*. Mesmo lá, elas não estabeleceram procedimentos de comando e controle ou linhas claras de autoridade. O Coronel James Kyle, da Força Aérea dos EUA, que era o comandante sênior no *Desert One*, lembraria que havia “quatro comandantes no local sem identificação visível, rádios incompatíveis e nenhum plano acordado”.⁵

Quando uma nação precisa de seus militares para realizar operações complexas, as missões não podem ser realizadas ao acaso e sem a devida preparação. Os ramos separados do Departamento de Defesa dos EUA estavam operando e treinando sem a integração total de todos os serviços militares. Isso criou atrito no melhor dos casos e provou ser mortal na pior das hipóteses.

No rescaldo da fracassada Operação *Eagle Claw*, uma série de mudanças seria feita na estrutura do Departamento de Defesa, que eventualmente resultou na organização da Força como a conhecemos hoje. O Presidente Reagan determinou o estabelecimento da Comissão *Blue Ribbon* do Presidente sobre Gestão de Defesa para conduzir uma revisão em grande escala da estrutura de liderança do Departamento de Defesa e processos de gastos. Ela foi presidida pelo Ex-Vice-secretário de Defesa David Packard e ficou mais conhecida como a Comissão Packard. A Comissão Packard emitiu várias recomendações para revisões orçamentárias que afetariam a forma como as forças conjuntas se organizariam e treinariam. No entanto, as principais conclusões da comissão incluíam a reestruturação de Comando e Controle (C2) para comandantes de teatro de guerra diretamente sob o Secretário de Defesa, por meio do Presidente do Estado-Maior Conjunto (*Chairman of the Joint Chiefs of Staff*, CJCS) e o fortalecimento da autoridade do CJCS.⁶

A partir das recomendações da Comissão Packard, os EUA alteraram a estrutura do DoD, fortaleceram o poder do CJCS e forneceram uma estrutura para gerenciar o DoD que conhecemos atualmente.⁷ Os benefícios dessa estrutura conjunta residem na aculturação e integração contínua dos componentes separados do DoD em um modelo unificado, que pode ser utilizado para realizar missões complexas e que abrangem todos os domínios.

O caminho para estabelecer a força conjunta dos EUA não foi fácil e lições de força conjunta continuam a ser aprendidas. Muitas vezes atormentado com a

rivalidade entre os serviços e operações às vezes mal planejadas ou mal realizadas, criar e operar como uma força conjunta exigiu persistência por parte da liderança militar. A estrutura de força conjunta também era cara e fez com que alguns processos de aquisição programática crescessem em escopo e preço.⁸ A verdadeira integração exigia tempo e o desenvolvimento de uma cultura conjunta, o que pode levar ainda mais tempo.⁹ Mas ao longo das décadas, à medida que o nosso Departamento de Defesa amadureceu, os benefícios superaram os gastos.

A capacidade operacional e a interoperabilidade que vem com a manutenção de uma Força Conjunta para as Forças Armadas de uma nação é fundamental.¹⁰ No complexo ambiente de segurança de hoje, uma nação não pode permitir que falhas de comunicação na liderança diminuam o objetivo de defender os interesses nacionais internamente e no exterior.¹¹ Todas as nações compartilham esse encargo, portanto, nas páginas seguintes exploraremos exemplos de como essa transição para uma estrutura militar verdadeiramente conjunta pode beneficiar e tem beneficiado parceiros das Forças Armadas dos EUA no passado recente.

Lições Aprendidas no Apoio ao Desenvolvimento de uma Força Conjunta, Aliados e Parceiros

Os militares dos EUA estiveram envolvidos na criação de instituições, treinamento, orientação e operação com forças de nações aliadas e parceiras durante a maior parte de sua história. As políticas do DoD em diferentes autoridades de programas de cooperação e assistência em segurança permitiram que nossos parceiros criassem capacidades e habilidades em relações militares consistentemente sólidas. A estratégia do Departamento de Defesa de criar uma força conjunta interoperável dentro de nossas nações parceiras tem sido uma batalha difícil. Esse desafio é impulsionado principalmente por interesses políticos diversos, controle de meios e compreensão fundamental de um Comando de Forças Conjuntas por nações parceiras, com pouca experiência, operando em condições conjuntas. O maior desafio para a assistência de segurança no desenvolvimento bem-sucedido de uma estrutura de força conjunta é a revisão da organização de força massiva que será necessária para mudar a forma como o Estado beneficiário é estruturado. Em alguns casos, essa reorganização é uma abordagem completa de reconstrução institucional.¹² Ainda assim, há lições aprendidas com aliados e nações parceiras que desenvolveram com sucesso uma criação de força conjunta.

Numerosas instituições de segurança e defesa em todo o mundo estudam a história, estrutura e doutrina militares dos EUA. Muitos militares parceiros dos EUA dissecam as lições militares dos EUA aprendidas ao longo dos diferentes conflitos e guerras para ajustar ou incorporar mudanças para melhorar suas

instituições. Os militares colombianos não apenas examinaram, adotaram e implementaram uma estrutura de força conjunta baseada na organização militar dos EUA; também estabeleceram uma relação entre as forças militares como nenhum outro país do hemisfério. Esse relacionamento duradouro e maduro tem sido muito evidente ao longo de todas as SOF dos EUA, que estiveram lado a lado em compromissos persistentes com seus colegas colombianos por mais de 50 anos.¹³ Esse relacionamento duradouro também ajudou a influenciar a transição necessária das operações de SOF colombianas para um conceito mais conjunto com interações conjuntas de Comando e Controle estabelecidas.

Por meio de programas como o Plano de Ação EUA-Colômbia, a Colômbia é líder em exportação de treinamento e desenvolvimento de segurança em toda a região para parceiros-chave na forma de organização e treinamento institucionais e o Assessor do Ministério da Defesa (MoDA) fornece consultoria de nível estratégico para o desenvolvimento institucional ao longo de todo o Ministério da Defesa. O Comando Conjunto Geral parece ser um modelo emergente de cooperação internacional em segurança no qual a Colômbia e os EUA desempenham papéis fundamentais.¹⁴ Como um contraponto aos críticos da política externa dos EUA na Colômbia, Jim Thomas e Chris Dougherty destacaram: “A Colômbia hoje é mais segura e mais estável do que tem sido em gerações. Embora os problemas de segurança interna permaneçam, a Colômbia é agora um exportador de segurança líquida, fornecendo treinamento contra narcóticos para vários países da América Latina, Caribe e África Ocidental.”¹⁵ O Exército colombiano também é único em sua região, sendo um dos poucos exércitos do hemisfério que possui uma Estrutura de Forças Conjuntas que fornece orientação operacional aos diferentes serviços e possui um Comando Conjunto de SOF.

O Comando Conjunto de *Operações Especiais* (CCOES), da Colômbia, catapultou efeitos operacionais sinérgicos com base na abordagem do C2 conjunto de operações das SOF na Colômbia. O CCOES foi essencial para assegurar que as *Forças Revolucionárias da Colômbia* (FARC) perdessem mais da metade de seu componente armado e território, tornando-se um inimigo difusivo, elusivo e difícil de identificar.¹⁶ A transformação colombiana das Forças-Tarefas Conjuntas (FTC) estabeleceu a base doutrinária para as operações conjuntas. Durante todo esse processo, os militares dos EUA forneceram orientação e aconselhamento persistentes sobre a estrutura e a doutrina da força conjunta aos militares colombianos. Desde o início do seu primeiro JTF Omega em 2003, até os maiores resultados desta organização em nível estratégico, é evidente que o desenvolvimento e a implementação de uma Doutrina Conjunta podem ser catalogados como a maior inovação no processo de transformação das Forças Militares da Colômbia.¹⁷

Devido ao grande sucesso da JTF Omega no combate às FARC e na consolidação do território nacional, outras JTFs foram criadas.¹⁸ A Colômbia está na posição certa para continuar a avançar sua estrutura conjunta para um novo nível, aumentando a eficiência das operações militares, enquanto combate grupos insurgentes que se aproveitam da agitação política e das mudanças nas condições sociais. Os militares dos EUA continuam a promover programas para auxiliar a Colômbia e outras nações parceiras na região, demonstrando sua aptidão e determinação como parceiros de segurança hemisférico. O Comando de Operações Especiais Sul (*Special Operations Command-South*, SOCSOUTH) foi pioneiro no conceito de C2 distribuído e no estabelecimento do conceito de um Comando de Operações Especiais (*Special Operations Command Headquarters Forward*, SOC FWD) em 2006, que permitiu a cooperação de segurança para as forças na Colômbia e outros países da região. Isso também foi implementado globalmente por outros Componentes de Operações Especiais dos EUA em todo o mundo.¹⁹ Este conceito fornece um exemplo da eficácia das operações conjuntas em países que estão dispostos a investir, assim como os EUA a eficácia das operações conjuntas é vista mais visivelmente nas SOF.

Outros países, como Espanha, Argentina e Austrália se beneficiaram no estabelecimento de estruturas de Comando Conjunto Geral que estabeleceram estrutura e responsabilidades claras na definição de capacidades, concentrando-se naquelas de natureza conjunta e padronizando requisitos específicos para todos as diferentes forças.²⁰ Esses países trabalharam no passado com os militares dos EUA para orientar e auxiliar no projeto de Doutrina, Organização, Treinamento, Liderança, Materiais, Pessoal e Instalações (*Doctrine, Organization, Training, Leadership, Materiel, Personnel, and Facilities*, DOTLMPF). A Orientação Estratégica de Defesa Nacional de 2022 direciona os militares dos EUA a fortalecer as principais arquiteturas de segurança regional com nossos aliados e parceiros com base em contribuições complementares; operações combinadas e colaborativas e planejamento de força; aumento de inteligência e compartilhamento de informações; novos conceitos operacionais; e nossa capacidade de utilizar a Força Conjunta em todo o ²¹mundo. Conforme identificado por Barbara Fick, “os programas de cooperação e exercício de segurança do teatro do Comando Sul dos EUA aumentaram muito as capacidades das nações parceiras regionais para operações integradas combinadas e multinacionais em contingências do mundo real”.²²

As Forças Armadas do Chile são uma das Forças Armadas mais profissionalizadas e especializadas da região. No entanto, existem oportunidades para avançar a interoperabilidade em uma estrutura conjunta. Em seguida, revisaremos a iniciativa do Chile de criar uma força de SOF verdadeiramente conjunta e desenvolver

ainda mais sua interoperabilidade interserviço, com o objetivo de levar seus esforços de segurança e defesa para um patamar mais alto.

A Iniciativa de Operações Especiais Conjuntas do Chile: um caminho para a Parceria Hemisférica

A estrutura atual das Forças Armadas do Chile, embora semelhante em princípio ao modelo dos EUA, tem algumas características e diferenças distintas. O governo chileno tem uma relação semelhante com os militares a que o governo dos EUA tem, na medida em que os militares estão sujeitos ao controle civil. O Presidente chileno exerce o poder sobre as forças militares nacionais por meio do Ministro da Defesa. O Ministro da Defesa tem um gabinete e funcionários que inclui o Estado Mayor Conjunto (EMCO) ou Estado-Maior Conjunto. O EMCO é liderado pelo Tenente-General Jean Pierre Desgroux Ycaza, Chefe de Defesa do Chile (CHOD), um general três estrelas ou oficial de bandeira que, com a ajuda de sua equipe (o EMCO), atua como fonte primária de aconselhamento militar, projeto de política e orientação estratégica de alto nível para o Ministro da Defesa.²³ O Chile contrasta com os EUA na posição hierárquica do CHOD na medida em que ele é um Oficial General mais moderno em relação aos chefes de serviço individuais. Nas Forças Armadas dos EUA, o CHOD é o presidente do Estado-Maior Conjunto e é um General de quatro estrelas ou oficial de bandeira.²⁴

Além do EMCO, e fora da autoridade do CHOD, existem três serviços funcionais distintos do Exército, da Marinha e da Força Aérea que são liderados por um General de quatro estrelas ou oficial de bandeira que é sênior na hierarquia em relação ao CHOD. Cada ramo dos militares chilenos treina, equipa e emprega suas forças conforme a determinação do Ministro da Defesa, dentro de um determinado mandado de parâmetros e jurisdições definidos. Cada serviço militar recebe um orçamento em separado e estabelece suas próprias prioridades para a realização de suas respectivas alocações de suprimentos para atender à prontidão e às capacidades exigidas pelo Ministério da Defesa. Cada serviço de defesa reivindica jurisdição sobre operações em seu respectivo domínio, de modo que a Força Aérea do Chile (FACH) controla o espaço aéreo, a Marinha do Chile (*Armada*) controla ambientes marítimos, inclusive áreas oceânicas, litorâneas e ribeirinhas e o Exército do Chile (*Ejército*) controla operações em terra.²⁵

O Chile estabeleceu dois comandos conjuntos geográficos que são responsáveis pelas operações conjuntas no norte e no sul, respectivamente. Por exemplo, o comandante das forças conjuntas no norte se reporta ao Chefe de Gabinete da EMCO, que tem autoridade operacional e forças fornecidas pelos serviços individuais por períodos definidos e operações especificadas, conforme determinado

pelo Ministro da Defesa. No Chile, esses comandos conjuntos enfrentam desafios organizacionais e paroquiais semelhantes à construção conjunta inicial dos militares dos EUA. Os comandantes das Forças Conjuntas reportam-se diretamente ao Ministro da Defesa por meio do EMCO, mas ainda estão listados nos organogramas de seus respectivos serviços e suas forças treinam individualmente como um serviço. Além disso, as Forças Armadas chilenas têm treinamentos de serviço conjunto limitados, onde trabalham para estabelecer padrões comuns. As ações concorrentes e vieses de serviço criam emendas e falhas previsíveis no comando e controle, quando os Comandantes da Força Conjunta são obrigados a solicitar liderança de serviço para obter recursos e apoio das forças designadas. No entanto, a visão abrangente, expressa pela liderança superior, é de união aspiracional.

Os desafios de defesa e segurança de hoje destacam a necessidade de uma força conjunta. Como um dos países economicamente mais desenvolvidos da América Latina, o Chile enfrenta altos níveis de imigração ilegal devido a erros de política não aplicada de vizinhos hemisféricos, como Venezuela e Nicarágua, que estão apresentando um aumento na emigração.²⁶ Infelizmente, a capacidade do Chile de absorver grandes fluxos de pessoas sobrecarregou seus sistemas sociais com efeitos de segunda ordem que incluem aumento das taxas de criminalidade, divisões sociais e debate público sobre diferenças socioeconômicas.²⁷ Isso levou a novas oportunidades para insurgentes, grupos criminosos transregionais e atores estatais malignos cooptarem movimentos políticos e ameaçarem a segurança nacional em todos os domínios, incluindo espaços econômicos e digitais. Além dessas ameaças internas, o Chile enfrenta tensões regionais históricas que exigem uma disposição militar convencional contínua para defender linhas territoriais soberanas estabelecidas em uma época em que a proximidade patagônica do Chile à região da Antártica é cada vez mais invejada por atores estatais regionais e extrarregionais.²⁸

Em reconhecimento a essas ameaças assimétricas, as Forças Armadas chilenas redobram seus esforços para resolver os inevitáveis desafios da união e identificaram a SOF como uma área de crescimento em sua estrutura de força conjunta. Cada serviço militar chileno tem seu próprio componente de SOF: a Marinha do Chile tem o *Comando de Fuerzas Especiales* (COMFUES), que é composto por *SEALS*, Fuzileiros Navais e Comandos da Marinha; a FACH tem a *Unidad de Tácticas de Apoyo de Fuerzas Especiales* (UTAFE), composta por operadores de salvamento e controle de combate que são certificados nacionalmente como Controladores de ataque terminal conjunto (*Joint Terminal Attack Controllers*, JTAC); o Exército do Chile possui três estruturas de forças subescaloadas de operações especiais formadas pela *Brigada de Operaciones Especiales* (BOE), que são a contraparte das Forças Especiais do Exército dos EUA, a *Brigada de Aviación de Ejército* (BAVE), que é uma SOF de aeronaves leves de pequeno porte, comparável ao

160º Regimento de Aviação de Operações Especiais dos EUA, e a *Brigada de Inteligencia* (BINTE), um serviço exclusivo de inteligência de origem, dedicada a apoiar operações especiais. Coletivamente, as três Forças Especiais do Exército do Chile (BOE, BAVE, BINTE) se reorganizaram como uma organização de reconhecimento que eles chamam de *Comando de Operações Especiais* (COPE), que o Comandante do Exército, General Iturriaga, espera evoluir para uma SOF verdadeiramente conjunta composta de especialidades de todos os serviços que podem operar em todos os domínios para enfrentar a miríade de desafios de segurança enfrentados pelo Chile.²⁹

A liderança sênior das Forças Armadas chilenas continua trabalhando nos desafios sutis de estabelecer uma SOF. Conforme mencionado anteriormente, os EUA aprenderam através de dolorosas experiências que uma força conjunta não pode simplesmente ser agrupada no início de uma operação. A união requer treinamento, ensaio e padronização de táticas, técnicas e procedimentos. Em reconhecimento a esses desafios, o Exército chileno liderou um esforço interserviços sob a iniciativa de um exercício conhecido como Estrela do Sul, para criar um campo de treinamento para uma verdadeira SOF. As Forças Especiais do Chile trabalharam em conjunto com o SOCSOUTH para desenvolver essa iniciativa. Por meio de sua dedicação à criação de uma força conjunta, eles agora podem tirar proveito da experiência da SOF conjunta dos EUA que os serviços individuais de outras nações parceiras têm dificuldade de acessar para se potencializarem. Isso é possível em parte pelo construto da SOF conjunta dos EUA, onde o Comandante do USSOCOM é o provedor da força constituída a partir de todos os serviços.³⁰

No esforço para definir e implementar uma força conjunta, a liderança militar chilena demonstrou iniciativa e determinação. Embora o fornecimento adequado de forças seja sempre uma questão controversa em meio a serviços adicionais, o caminho foi iniciado para realinhar todas as Forças Especiais sob o comando do COPE, a serem administradas e lideradas pelo EMCO. A mecânica de treinamento de serviços individuais e retenção de capacidades de SOF vitais para seus serviços, ao mesmo tempo em que fornece a força conjunta para atender às ameaças emergentes à segurança e defesa, continuará a desafiar os líderes militares chilenos. No entanto, ao criar uma força funcional que organize, treine e seja equipada de forma interoperável com o USSOCOM, se cria um incrível acesso bilateral a conhecimentos e benefícios mútuos de segurança e defesa entre o Chile e os EUA.

Conclusão

O caminho a seguir para uma força completa e verdadeiramente conjunta no COPE ainda requer integração total com o COMFUES da Marinha do Chile e o UTAFE da FACH, mas o caminho a seguir é uma promessa incrível. O alto

nível de capacidade operacional do Chile e a disciplina dos líderes militares em manter uma adesão rigorosa ao princípio de subordinação ao controle civil das forças armadas são indicativos de uma liderança que pode exercer a diplomacia e implementar mudanças organizacionais. Além disso, a dedicação da liderança militar aos valores militares ocidentais testados e verdadeiros combina bem para os próximos atritos, compromissos e sacrifícios que terão de ser feitos por cada um dos componentes de serviço individuais no desenvolvimento de uma força conjunta. A capacidade de ser interoperável com as forças globais cria o imperativo de segurança nacional de estabelecer uma capacidade de força totalmente conjunta e o USSOCOM é uma organização bem adequada para apoiar esse crescimento. □

Notas

1. Admiral Michael Glenn Mullen, US Navy, Joint Publication 3-0: *Joint Operations (Publicação Conjunta 3-0: Operações Conjuntas)*, US Joint Chiefs of Staff, (11 August 2011), 1, <https://www.moore.army.mil/mssp/safety%20topics/Potential%20Adversaries/content/pdf/JP%203-0.pdf>.

2. Keith M. Nightingale, *Phoenix Rising: From the Ashes of Desert One to the Rebirth of US Special Operations* (A Ascensão da Fênix: Das Cinzas do Deserto Um ao Renascimento das Operações Especiais dos EUA), Casemate, (3 July 2020), 84.

3. David Patrick Houghton, *US Foreign Policy and the Iran Hostage Crisis (Política Externa dos EUA e a Crise dos Reféns do Irã)*, (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), 219.

4. Houghton, *US Foreign Policy*, 132.

5. Malcolm Quinn, *The Goldwater-Nichols Department of Defense Reorganization Act: Reforms and Considerations* (A Lei de Reorganização do Departamento de Defesa Goldwater-Nichols: reformas e considerações), (New York: Nova Science Publishers, Inc., 2016), 5.

6. Keith M. Nightingale, James R. Locher, III, *Victory on the Potomac: The Goldwater-Nichols Act Unifies the Pentagon* (Vitória no Potomac: O Ato Goldwater-Nichols Unifica o Pentágono), Vol. 00079, (College Station: Texas A & M University Press, 2002).

7. US Congress, “Department of Defense implementation of the Packard Commission Report of 1986: hearings before the Investigations Subcommittee of the Committee on Armed Services, House of Representatives, One Hundred First Congress, first session, hearings held May 11 and July 12, 1989” (Implementação do Departamento de Defesa do Relatório da Comissão Packard de 1986: audiências perante o Subcomitê de Investigações do Comitê de Serviços Armados, Câmara dos Representantes, Cem Primeiro Congresso, primeira sessão, audiências realizadas em 11 de maio e 12 de julho de 1989), House Committee on Armed Services, Investigations Subcommittee (HASC), no. 101-33, (1990).

8. David S. Christensen, Ph.D., Capt David A. Searle, USAF, and Dr. Caisse Uickery, “The Impact of the Packard Commission’s Recommendations on Reducing Cost Overruns on Defense Acquisition Contracts” (O impacto das recomendações da Comissão Packard na redução de excessos de custos em contratos de aquisição de defesa), *Acquisition Review Quarterly*, 6(3), (Summer, 1999), <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA372859.pdf>.

9. Don M. Snider, “The US military in transition to jointness” (Os militares dos EUA em transição para a união), *Airpower Journal*, 10(3), 16, <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA529837.pdf>.

10. Locher, (2002).
11. US Congress, “Building partnership capacity and development of the interagency process: House Committee on Armed Services, House of Representatives, One Hundred Tenth Congress, second session, hearings held April 15, 2008” (Criando capacidades de parceria e desenvolvimento do processo interagências: Comitê da Câmara sobre Serviços Armados, Câmara dos Deputados dos EUA Centésimo Décimo Congresso, segunda sessão, audiências realizadas em 15 de abril de 2008), House Committee on Armed Services, HASC nº 110-146, (2009).
12. Jahara Matissek & William Reno, “Getting American Safety Force Assistance Right: Political context Matters” (Obtendo a Assistência da Força de Segurança Americana Correta: O Contexto Político é Importante), *Joint Force Quarterly*, (1st Qtr, 2019), 65-73, https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/jfq/jfq-92/jfq-92_65-73_Matissek-Reno.pdf.
13. Jim Thomas e Chris Dougherty, “Beyond the Ramparts. The Future of US Special Operations Forces” (Além das Muralhas. O Futuro das Forças de Operações Especiais dos EUA), Center for Strategic and Budgetary Assessments [Centro de Avaliações Estratégicas e Orçamentárias] (CSBA), (May 2013), <http://www.csbaonline.org/publications/2013/05/beyond-the-ramparts-the-future-of-u-s-special-operations-forces/>.
14. Arlene B. Tickner, “Colombia, the US, and Security Cooperation by Proxy” (A Colômbia, os EUA e a Cooperação de Segurança por Proxy), (18 March 2014), *Advocacy for Human Rights in the Americas, Washington Office on Latin America*, <https://www.wola.org/analysis/colombia-the-united-states-and-safety-cooperation-by-proxy/>.
15. Jim Thomas e Chris Dougherty, (2013).
16. Vanessa Motta Hurtado, “Transformación del sector defensa y seguridad de Colombia (1998-2018)”, (Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2020), <https://bdigital.uexternado.edu.co/entities/publication/31fef2f0-c896-411a-924b-88a6e7ca438e>.
17. Javier Flórez Henao, “La doctrina conjunta en Colombia: análisis de la fuerza de tarea conjunta omega”, Universidad Nacional de Colombia Sede Bogotá Institutos Interfacultades, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales (IEPRI), (2012), <https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/10549/699243.2012.pdf>; Centro de Doctrina Conjunta, Colombia, “Manual Fundamental Conjunto Mfc 1.0 - Doctrina Conjunta”, Centro de Doctrina Conjunta, (2018), <https://doi.org/10.25062/manual.2018>.
18. Thomas Bruneau, “An Analysis of the Implications of Joint Military Structures in Argentina, Brazil, Chile, and Colombia” (Uma Análise das Implicações das Estruturas Militares Conjuntas na Argentina, Brasil, Chile e Colômbia), Hemisphere Security Analysis Center, 25, (2011), <https://digitalcommons.fiu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1024&context=whemsac>.
19. Jim Thomas e Chris Dougherty, (2013), 95.
20. Sergio Gomez Weber, “El Nuevo Role del Estado Mayor Conjunto,” *Revismar*, 2, (2015), 65, <https://revistamarina.cl/revistas/2015/2/sgomezww.pdf>.
21. US Department of Defense, “2022 National Defense Strategy” (Estratégia Nacional de Defesa 2022), <https://media.defense.gov/2022/Mar/28/2002964702/-1/-1/1/NDS-FACT-SHEET.PDF>.
22. Barbara Fick, “Integrating Partner Nations into Coalition Operations” (Integrando Nações Parceiras em Operações de Coalizão), *Joint Forces Quarterly*, Issue 41, (2006), 25, <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA482223.pdf>.

23. Carlos Solar, Javier Urbina, & Alexander G. Crowther, “Chilean Military Culture. Technical Report” (A cultura militar chilena. Relatório técnico), (Florida International University: Miami, Flórida, 2020), 16, <https://gordoninstitute.fiu.edu/publications/military-classic-11.pdf>.
24. Joint Staff, *Joint Publication 1 Vol 2: The Joint Force* (Publicação Conjunta 1 Vol. 2: A Força Conjunta), US Joint Chiefs of Staff, (19 June 2020), 12-13, <https://www.jcs.mil/Doctrine/Joint-Doctrine-Pubs/Capstone-Series/>.
25. Armada de Chile, *Structure and High command of the Chile (Estrutura e Alto Comando do Chile)*, (2023), https://www.armada.cl/armada/site/edic/base/port/alto_mando.html; Fuerza Aérea de Chile, *Fuerza Aérea de Chile*, (2023), <https://fach.mil.cl>; Ejército de Chile, *Estructura y Organización* - Ejército de Chile, (2023), <https://ejercito.cl>.
26. Andrew Selee & Jessica Bolter, “An Uneven Welcome: Latin American and Caribbean Responses to Venezuelan and Nicaraguan Migration” (Uma recepção desigual: respostas latino americanas e caribenhas à migração venezuelana e nicaraguense), Migration Policy Institute, <https://www.migrationpolicy.org/research/latam-caribbean-responses-venezuelan-nicaraguan-migration>.
27. Vanessa Jara-Labarthé & Cesar A. Cisneros Puebla, “Migrants in Chile: Social crisis and the pandemic (or sailing over troubled water...)” (Migrantes no Chile: Crise social e a pandemia (ou navegar sobre águas turbulentas...)), *Qualitative Social Work*, 20(1-2), 284–288, <https://doi.org/10.1177/1473325020973363>.
28. Richard O. Perry, *Argentina and Chile; The struggle for Patagonia 1843-1881, The Americas* (Argentina e Chile; A luta pela Patagônia 1843-1881, As Américas), Vol 36, No. 3, (January 1980), Cambridge University Press, 347, <https://www.cambridge.org/core/journals/americas/article/abs/argentina-and-chile-the-fight-for-patagonia-18431881/595B4DEF6F6A1C5D60EB4B6187C2CA0D>; Evan Ellis, “Chile and China: The Fight for the Future Regime of the Pacific” (Chile e China: A luta pelo futuro regime do Pacífico), *China Brief*, vol. 17, Issue 15, (22 November 2017), 16-20, <https://jamestown.org/program/chinas-Relation-chile-fight-future-regime-pacific>; Carlos Solar, Javier Urbina, & Alexander G. Crowther, “Chilean Military Technical Report [Relatório Técnico do Exército Chileno]”, 15-16.
29. Ejército de Chile, “Comando de Operaciones Especiales del Ejército (COPE) inicia sus funciones”, *Defensa.com*, (23 December 2020), <https://www.defensa.com/chile/comando-operaciones-especiales-ejercito-chile-cope-inicia>; Carlos Solar, Javier Urbina, & Alexander G. Crowther, “Chilean Military Technical Report,” (Relatório Técnico do Exército Chileno), 15-16.
30. Congressional Budget Office, “The US Military’s Force Structure: A Primer, 2021 Update” (The US Military’s Force Structure: A Primer, 2021 Update), Congressional Budget Office, (20 May 2021), 110, <https://www.cbo.gov/publication/57088>.



Major Daniel M. Sickles, Força Aérea dos EUA

Major Sickles foi comissionado em 2009 na Escola de Treinamento de Oficiais na Base Aérea de Maxwell, depois de atuar como linguista criptológico terrestre e aéreo (espanhol) por 10 anos. Ele atuou como Oficial de Sistemas de Combate em duas variantes da aeronave AC-130. Maj Sickles operou no sudoeste da Ásia, América do Sul, Europa e África; frequentemente trabalhando no planejamento e coordenação de funções com a coalizão e as forças aliadas. O Major Sickles tem mestrado em Educação pela *Eastern New México University* e especialização internacional (pós-bacharelado) em Segurança e Defesa pela *Escuela Superior de Guerra*. Seu trabalho sobre política externa na América do Sul foi publicado por três publicações revisadas por pares em quatro idiomas.



Capitão de Corveta Dennis C. Guy, Marinha dos EUA

Atua como *Prospective Executive Officer* do USS MASSACHUSETTS (SSN-798), Newport News, VA. Nesta posição, o CC Guy será responsável por coordenar e realizar todas as operações diárias do submarino de ataque rápido movido à energia nuclear MASSACHUSETTS, inclusive a manutenção do novo cronograma de construção, testes iniciais no mar, entrega à Marinha e comissionamento. O CC Dennis Guy tem mestrado em Gestão de Operações pela Universidade do Arkansas (2016) e mestrado em Defesa e Estudos Estratégicos pelo *US Naval War College* (2018).



Tenente-Coronel Oscar "Grouch" Martinez, Força Aérea dos EUA

Atua como Oficial da Área de Estrangeiros da Força Aérea dos EUA, atualmente como Chefe da Divisão de Cooperação de Segurança com o Comando de Operações Especiais Sul na Base Aérea de Homestead. Sua formação militar inclui a Escola de Pós-Graduação da Marinha dos EUA, Mestrado em Estudos de Segurança Nacional, Certificação Avançada de Cooperação de Segurança, Curso de Carreira de Capitão Engenheiro e Defense Security Cooperation University, Cooperação Avançada de Segurança. O Ten Cel Martinez foi destacado como Oficial de Área Externa no Equador e no México e atuou por quatro anos no US-MILGP da Embaixada dos EUA em Bogotá, Colômbia.